



Audiência pública do dia 17 de abril Bosque Guarani

Diante das considerações gerais que são caras ao CAFI acerca da catástrofe ambiental planetária em curso, entre aquecimento global e queda da biodiversidade e diante do debate em nível local, no que diz respeito à problemática gestão do território do município de Foz do Iguaçu, vimos reafirmar nossas posições a respeito do Bosque Guarani, sendo elas:

1. Com a transformação do Bosque Guarani em Unidade de Conservação, o gestor deve garantir o uso público e gratuito do lugar, priorizando o acesso aos habitantes de Foz do Iguaçu e por agregação os turistas. Somos categoricamente contra qualquer possibilidade de concessão ou de terceirização a exemplo do Marco das Três Fronteiras.
2. **O Bosque** “não pode” ser considerado um produto turístico mas sim um espaço de preservação e de conservação do patrimonio natural da cidade que pode e deve proporcionar a seu visitante uma experiência de contemplação, de lazer, de recolhimento e de paz, longe do barulho produzindo pelos usos acelerados da cidade.
3. As intervenções urbanísticas e os elementos arquitetônicos devem ser os menores possíveis evitando ao máximo o uso de concreto ou outro material, fonte poluidora dos solos, devem ser privilegiados os novos materiais usados pela Bioconstrução (madeira, terra, adobe, etc.) .
4. A sempre esquecida fonte de poluição noturna, tanto para os seres humanos e animais, provindo da iluminação, deve ser estreitamente controlada apenas a locais de extrema necessidade e que visem a segurança da comunidade.



5. Implantação e execução de um projeto socioambiental de produção e de comercialização de mel de abelhas sem ferrão, em parceria com os alunos e os professores do curso de biologia da Unila, gerando uma renda para os atores envolvidos no projeto: migrantes, desempregados e indígenas.
6. Quanto à presença dos indígenas, entendemos que essa decisão deve ser deles, respeitando suas crenças e valores. Pensando que o tamanho da área do bosque parece não comportar uma casa de passagem, ainda assim entendemos que existe a possibilidade de explorar a sede que abriga o coletivo educador, para oferecer espaço que abrigue uma loja de artesanato indígena.
7. O espaço também pode comportar um meseu ao ar livre de arquitetura da terra, coordenado pelo departamento de arquitetura da Unila.